

temporário vida individual

INFORMAÇÕES PRÉ-CONTRATUAIS
(nos termos do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril)

Entidade de Supervisão – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, com sede na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa

O que é?

É um seguro Temporário Vida Individual na modalidade Temporário Anual Renovável, com condições especiais para os membros deste Protocolo. Destina-se a indivíduos que queiram ter um seguro para protecção da sua vida em caso de invalidez e protecção da família em caso de morte ou a indivíduos que pretendam fazer um crédito e que subscrevem um seguro de vida por ser exigido pela instituição credora.

Existem 3 Opções com garantias Morte e Invalidez.

Quais são as garantias?

O Tomador do seguro pode subscrever uma das seguintes opções:

Opção IV

- Garantia principal — Morte
- Garantia complementar — Invalidez Total e Permanente (Funcional > 2/3)

Opção V

- Garantia principal — Morte
- Garantia complementar — Morte por Acidente
- Garantia complementar — Morte por Acidente de Circulação
- Garantia adicional — Efeito Duplo
- Garantia adicional — Invalidez Total e Definitiva
- Garantia complementar — Invalidez Total e Definitiva por Acidente
- Garantia complementar — Invalidez Total e Definitiva por Acidente de Circulação
- Garantia complementar — Hospitalização

Opção VI

- Garantia principal — Morte
- Garantia complementar — Morte por Acidente
- Garantia complementar — Morte por Acidente de Circulação
- Garantia adicional — Efeito Duplo
- Garantia adicional — Invalidez Total e Definitiva
- Garantia complementar — Invalidez Total e Definitiva por Acidente

- Garantia complementar — Invalidez Total e Definitiva por Acidente de Circulação
- Garantia complementar — Invalidez Profissional
- Garantia complementar — Incapacidade Total Temporária para o trabalho
- Garantia complementar — Hospitalização
- Garantia complementar — Exoneração de pagamento de prémios

Em caso de morte da Pessoa Segura durante a vigência do contrato, garante-se o pagamento do capital seguro indicado nas Condições Particulares, em vigor na data em que ocorrer o evento.

Caso se trate de um seguro sobre duas Pessoas Seguras, o capital seguro é pago após o primeiro falecimento que ocorrer entre as Pessoas Seguras.

A possibilidade de subscrição de um seguro sobre duas Pessoas Seguras só existe na Opção IV.

Quais são as exclusões e limitações?

As exclusões e limitações para a garantia principal Morte são:

- a) **suicídio, excepto se ocorrer nos 2 anos seguintes à data de início do contrato. O disposto nesta alínea aplica-se, igualmente, quer em caso de aumento de capital seguro por morte, quer na eventualidade de o contrato ser reposto em vigor, mas em qualquer caso, a exclusão respeita somente ao acréscimo de cobertura relacionado com essas circunstâncias;**
- b) **risco de aviação, excepto se a(s) Pessoa(s) Segura(s) for(em) passageira(s) de carreiras comerciais de transportes colectivos regulares;**
- c) **participação activa em revolução ou guerra, declarada ou não, actos de terrorismo, incluindo a contaminação biológica e/ou química;**
- d) **pára-quedismo;**
- e) **riscos nucleares;**
- f) **acidente ou doença originada anteriormente à data de entrada em vigor do contrato;**
- g) **acto intencional do Tomador do seguro ou do(s) Beneficiário(s), na qualidade de autores materiais, morais, cúmplices, instigadores ou encobridores, autor, cúmplice, instigador ou encobridor do homicídio doloso da(s) Pessoa(s) Segura(s) perde o direito à prestação, aplicando-se o regime da designação beneficiária previsto na Lei.**

Entende-se por:

Participação activa — o facto da(s) Pessoa(s) Segura(s) fazer(em) parte de uma força militar: exército, marinha, polícia e outras forças especiais associadas ao Governo ou outras autoridades públicas para defender a lei e a ordem ou fazer parte de milícias com um papel activo ou defensivo.

Operações de guerra — insurreições, motins, hostilidades, operações bélicas, rebeliões, revolução, guerras civis, conspirações, actos de terrorismo, levantamento militar ou acto do poder militar legítimo ou usurpado, lei marcial e estados de sítio.

Acto de terrorismo — todo e qualquer acto que coloque em risco a vida humana, com motivações políticas, religiosas, ideológicas ou étnicas, com intenção ou o propósito de influenciar as autoridades e/ou governos, e/ou lançar o pânico e/ou o medo na população em geral ou em parte da população, que inclua (mas não se limitando a) o uso de força ou de violência, e/ou ameaças daí resultantes, praticados por qualquer indivíduo ou conjunto de indivíduos, em nome ou em ligação com quaisquer organizações ou autoridades e/ou governos, actuando quer isoladamente quer a mando destes.

Contaminação biológica — o evento resultante de qualquer patologia, microrganismo e/ou toxinas produzidas biologicamente (incluindo agentes geneticamente modificados e toxinas quimicamente sintetizadas).

Contaminação química — qualquer evento resultante da propagação de uma quantidade considerável de composto químico.

Risco nuclear — a ocorrência de um evento nuclear, nomeadamente:

- i. radiações de ionização oriundas ou provocadas da contaminação por radioactividade de qualquer combustível ou desperdício nuclear ou ainda da combustão (inflamação) de combustível nuclear;
- ii. radioactividade, toxidade, explosão ou, outras propriedades perigosas oriundas de central nuclear, reactor ou outro qualquer componente nuclear subjacente;
- iii. toda e qualquer arma de guerra e/ou máquina que funcione através de fissão atómica ou nuclear e/ou fusão ou ainda através de outra reacção ou matéria idêntica;
- iv. radioactividade, toxidade, explosão ou outras propriedades perigosas que possam emergir de qualquer substância radioactiva.

As exclusões e limitações relativas às garantias complementares são as constantes das respectivas Condições Especiais.

Capital seguro

O capital seguro será definido pelo Tomador do seguro no momento da subscrição, dentro dos seguintes limites:

Limite mínimo — 20.000,00 euros, excepto na opção IV (se o contrato se destinar a crédito), caso em que o limite mínimo será de 15.000,00 euros.

Limite máximo — 200.000,00 euros, excepto na Opção IV em que o limite máximo de capital seguro será de 750.000,00 euros.

Os limites do capital seguro poderão ser revistos anualmente pelo Segurador.

O capital seguro poderá ser alterado por proposta do Segurador ou por solicitação do Tomador do seguro, ficando, neste último caso, dependente da aceitação expressa do Segurador. Em qualquer dos casos, o Segurador poderá fazer depender a aceitação da realização de formalidades médicas.

Qual o início, duração e renovação do contrato?

O presente contrato tem início às zero horas da data de efeito indicada nas Condições Particulares da Apólice, a qual nunca poderá ser anterior à data de aceitação da proposta.

O contrato durará por um período de 1 ano, sendo automática e sucessivamente renovado por períodos de 1 ano.

No entanto, o contrato cessará os seus efeitos, independentemente das suas renovações, em 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura celebre 70 anos de idade, ou, no caso de se tratar de um contrato de seguro sobre duas Pessoas Seguras, em 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura mais velha celebre 70 anos de idade.

A vigência da garantia principal Morte poderá ser prorrogada até 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura celebre 75 anos de idade, ou, no caso de se tratar de um contrato de seguro sobre duas Pessoas Seguras, até 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura mais velha celebre 75 anos de idade, desde que exista um credor hipotecário à data da prorrogação ou desde que a(s) Pessoa(s) Segura(s) continue(m) a exercer a sua actividade profissional após os 70 anos de idade.

No caso da(s) Pessoa(s) Segura(s) continuar(em) a exercer a sua actividade profissional, deverá(ão) comunicar ao Segurador a continuidade do exercício da sua actividade profissional com a antecedência mínima de 45 dias relativamente a 31 de Dezembro do ano em que celebre(m) 70 anos de idade.

No caso do contrato de seguro se destinar a um crédito à habitação e o Tomador do seguro tenha subscrito apenas a garantia principal Morte e a garantia complementar Invalidez Total e Permanente, a garantia principal Morte poderá ser prorrogada até 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura celebre 80 anos de idade, se existir um credor hipotecário à data da prorrogação ou no caso de um contrato de seguro sobre duas Pessoas

Seguras, até 31 de Dezembro do ano em que a Pessoa Segura mais velha celebre 80 anos de idade, se existir um credor hipotecário à data da prorrogação.

As garantias cessam às 24 horas do último dia da sua vigência, excepto no caso do Tomador do seguro ter optado pela actualização automática do capital seguro, caso em que as garantias cessam na data de cessação do contrato do crédito à habitação, sem prejuízo no disposto nos parágrafos anteriores.

Nos casos em que haja lugar a formalidades médicas em consequência da(s) idade(s) da(s) Pessoa(s) Segura(s), do capital seguro e das respostas dadas ao questionário médico, a data de efeito do contrato está dependente da notificação da aceitação expressa pelo Segurador ao Tomador do seguro e Pessoa(s) Segura(s).

O que é um contrato com actualização automática do capital seguro?

É um contrato em que o seu capital é actualizado de acordo com o capital em dívida à instituição de crédito ao abrigo do contrato de crédito à habitação.

O contrato de seguro de vida com actualização automática do capital seguro produz efeitos na data do contrato de crédito à habitação e, salvo em caso de sinistro, cessa os seus efeitos na data de cessação do contrato de crédito à habitação, quer esta ocorra na data prevista quer resulte de amortização antecipada do empréstimo.

O disposto no parágrafo anterior não se aplica em caso de cessação do contrato de crédito à habitação por mudança do regime de crédito ou por transferência do empréstimo para outra instituição de crédito, havendo declaração expressa do mutuário de que pretende usar o mesmo seguro de vida como garantia das obrigações para si decorrentes do novo contrato de crédito à habitação.

O contrato de seguro de vida com actualização automática do capital seguro tem um capital seguro igual ao capital em dívida ao abrigo do contrato de crédito à habitação, ao longo de toda a sua vigência.

A instituição de crédito deve informar o Segurador em tempo útil acerca da evolução do capital em dívida ao abrigo do contrato de crédito à habitação.

Em caso de pluralidade de mutuários, o contrato de seguro de vida com actualização automática do capital seguro determina a antecipação total da amortização do empréstimo na eventualidade de morte ou invalidez de um deles.

Declaração inicial do risco

O Tomador do seguro e/ou a(s) Pessoa(s) Segura(s) estão obrigados, antes da celebração do contrato, a

declarar, com exactidão, todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador, ainda que não lhe seja solicitado em questionário.

Incumprimento doloso

Em caso de incumprimento doloso do dever acima referido, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do seguro.

Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no parágrafo anterior deve ser enviada no prazo de 3 meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

O Segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso ou no decurso do prazo previsto no parágrafo anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo de 3 meses, salvo se tiver ocorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.

Em caso de dolo do Tomador do seguro ou da(s) Pessoa(s) Segura(s) com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

Incumprimento negligente

Em caso de incumprimento com negligência do dever acima referido, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do seguro, no prazo de 3 meses a contar do seu conhecimento:

- a) propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
- b) fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexactamente.

O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a recepção pelo Tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite. Neste caso, o prémio é devolvido proporcionalmente ao período de tempo não decorrido até ao vencimento do contrato atendendo à cobertura havida.

Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

- a) o Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente;

b) o Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexactamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

O que se paga e como?

Os prémios são variáveis e calculados anualmente, no início de cada anuidade, pela aplicação ao capital seguro da taxa definida para o escalão etário onde se integra a(s) idade(s) actuarial(ais) da(s) Pessoa(s) Segura(s) de acordo com a Opção subscrita pelo Tomador do seguro.

Os prémios serão liquidados por sistema de débito directo, em conta indicada pelo Tomador do seguro, podendo ser pagos em fracções semestrais, trimestrais ou mensais, sem qualquer custo adicional, desde que o valor total a pagar não seja inferior a 5,00 euros.

O pagamento por sistema de débito directo fica subordinado à condição da não anulação posterior do débito por retractação do autor do pagamento, no quadro de legislação especial que a permita.

Sobre os prémios incide uma taxa para o INEM, constituindo o valor total a pagar, ficando desde já convencionado que futuros impostos ou taxas legais que eventualmente venham a ser estabelecidos serão da responsabilidade do Tomador do seguro.

O prémio pode ser pago por terceiro, interessado ou não no cumprimento da obrigação, sem que o Segurador possa recusar o recebimento.

E se deixar de pagar os prémios?

Na falta de pagamento do prémio ou fracção dentro dos 30 dias posteriores ao seu vencimento, o Segurador enviará aviso por carta registada para pagamento no prazo de 8 dias a contar da data do registo.

Não sendo efectuado o pagamento no referido prazo, o contrato é resolvido, cessando todas as garantias, sem prejuízo de poder ser exigido o prémio correspondente ao período decorrido.

A partir da data da resolução, não será efectuado qualquer pagamento ao abrigo deste contrato, ficando os prémios pagos pertença do Segurador.

O contrato tem direito a participação nos resultados?

Este contrato não confere direito à participação nos resultados.

Sobre o regime fiscal

O presente contrato está sujeito ao Regime Fiscal Português em matéria de dedução ao IRS e/ou IRC e tributação dos rendimentos, nos termos previstos nas normas

do Código do IRS e/ou Código do IRC e demais legislação fiscal aplicável em vigor.

O Regime fiscal aplicado ao presente contrato encontra-se disponível no sítio da Internet www.ageas.pt podendo o Tomador do seguro em alternativa, se assim o entender, solicitar em qualquer momento a respectiva informação por escrito ao Segurador.

Denúncia

O contrato de seguro celebrado sem duração determinada pode ser denunciado a todo o tempo, por qualquer das partes.

A denúncia deve ser feita por declaração escrita enviada ao destinatário com uma antecedência mínima de 90 dias relativamente à data de termo do contrato.

Sobre o direito de livre resolução

O Tomador do seguro pode resolver o contrato sem invocar justa causa nos 30 dias imediatos à data da recepção da Apólice.

O prazo previsto conta-se a partir da data da celebração do contrato, desde que o Tomador do seguro, nessa data, disponha, em papel ou noutro suporte duradouro, de todas as informações relevantes sobre o seguro que tenham de constar da Apólice.

A resolução do contrato deve ser comunicada ao Segurador por escrito, em suporte de papel ou outro meio duradouro disponível e acessível ao Segurador.

O exercício deste direito determina a resolução deste contrato, extinguindo-se todas as obrigações dele decorrentes, com efeitos desde a data de celebração do mesmo, havendo lugar à devolução do prémio eventualmente já pago.

O Segurador tem direito ao prémio correspondente ao período de tempo em que o contrato esteve em vigor, bem como às despesas efectuadas com a celebração do contrato, nomeadamente com exames médicos. O exercício deste direito não dá lugar a qualquer indemnização.

O Tomador do seguro pode transmitir o seu contrato?

O Tomador do seguro pode transmitir a sua posição contratual nas seguintes situações:

- a) à Pessoa Segura, se diferente do Tomador do seguro e sempre que haja acordo entre ambos;
- b) a um terceiro, estando dependente do consentimento do Segurador.

Em caso de morte do Tomador do seguro, durante a vigência do contrato, não sendo este Pessoa Segura, a Pessoa Segura ocupará o seu lugar.

O Tomador do seguro não poderá ceder ou onerar direitos sobre a Apólice, salvo se cumpridos cumulativamente os seguintes requisitos: a cláusula beneficiária não tiver carácter irrevogável e existir autorização expressa do Segurador para essa cessão ou oneração de direitos sobre a Apólice.

Possibilidade de a(s) Pessoa(s) Segura(s) aceder(em) a dados médicos

O resultado dos exames médicos deve ser comunicado, quando solicitado, à(s) Pessoa(s) Segura(s) ou a quem esta(s) expressamente indique(m).

A comunicação referida anteriormente deve ser feita por um médico, salvo se as circunstâncias forem já do conhecimento da(s) Pessoa(s) Segura(s) ou se se puder supor, à luz da experiência comum, que já as conhecia.

Como recebe a documentação do contrato?

As **Condições Contratuais** aplicáveis a este contrato serão disponibilizadas na Área de Cliente (acessível em www.ageas.pt). Poderão ainda ser enviadas por correio, mediante solicitação a um Mediador Ageas Seguros ou através da Linha de Apoio ao Cliente 707 281 281, disponível nos dias úteis das 8h30 às 19h00.

A **restante documentação** referente a este e a todos os contratos actualmente em vigor do Tomador do seguro será disponibilizada, em suporte digital, na Área de Cliente, acessível em www.ageas.pt, sendo avisado sempre que fiquem disponíveis novos documentos, por mensagem enviada para o e-mail indicado na Proposta. Caso pretenda, adicionalmente, receber uma cópia desta documentação por correio, deverá assinalar essa opção na Proposta.

Acesso a dados pessoais

De acordo com a legislação em vigor, os dados recolhidos para a celebração do contrato de seguro, bem como aqueles que vierem a ser fornecidos aquando da participação de um sinistro, serão processados e armazenados informaticamente, sendo utilizados nas relações pré-contratuais, contratuais e comerciais com a Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A. e pelos seus subcontratados. As omissões, inexactidões e falsidades, quer no que respeita a dados de fornecimento obrigatório, quer facultativo, são da responsabilidade do Tomador do seguro e da(s) Pessoa(s) Segura(s). Os titulares dos dados têm livre acesso aos seus dados pessoais, desde que o solicitem por escrito junto do Segurador, podendo solicitar a sua correcção, aditamento ou eliminação, nos termos da Lei.

Os registos magnéticos das chamadas telefónicas que vierem a ser autorizadas pelo Tomador do seguro e/ou

pela(s) Pessoa(s) Segura(s) poderão ser utilizadas pela Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., no âmbito da relação contratual que vier a ser estabelecida, e bem assim para quaisquer fins lícitos, nomeadamente para execução dos serviços contratados, para melhoramento e controlo dos mesmos e como meio de prova.

Mediante autorização do Tomador do seguro e/ou da(s) Pessoa(s) Segura(s) manifestada na Proposta, a Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., poderá permitir o tratamento dos dados pessoais recolhidos, sob regime de absoluta confidencialidade e desde que compatível com as finalidades da recolha dos mesmos, às empresas que integram o Grupo Ageas.

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A., poderá ter necessidade, quer para efeitos de aceitação do contrato, quer para efeitos de regularização de sinistro, designadamente em caso de morte da(s) Pessoa(s) Segura(s), de aceder aos seus dados pessoais de saúde.

Tal acesso apenas terá lugar se a(s) Pessoa(s) Segura(s) prestar(em) o seu consentimento no questionário médico, devendo o acesso processar-se em estrita observância das disposições legais em vigor.

Reclamações

Sem prejuízo do recurso aos Tribunais, o Tomador do seguro e/ou a(s) Pessoa(s) Segura(s) podem apresentar reclamações decorrentes da interpretação ou aplicação do presente contrato ao departamento responsável pela gestão de reclamações do Segurador, ao Provedor do Cliente ou à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, nos termos das suas competências legais.

Arbitragem

Os litígios emergentes da validade, interpretação, execução e incumprimento deste contrato de seguro podem ser dirimidos por via arbitral, nos termos do regime geral da Lei da Arbitragem.

Qual é a lei aplicável e o foro competente?

Salvo convenção em contrário nas Condições Particulares, é aplicável a este contrato a Lei portuguesa.

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na Lei civil.

Esta informação não dispensa a consulta e a leitura das Condições Gerais e Especiais, com a qual deve ser complementada.

www.ageas.pt

Ageas Portugal, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

Sede: Edifício Ageas, Av. do Mediterrâneo, 1, Parque das Nações, Apart. 8063, 1801-812 Lisboa. Tel. 21 350 6100
Matrícula / Pessoa Colectiva N.º 502 220 473. Conservatória de Registo Comercial de Lisboa. Capital Social 10.000.000 Euros

Mod. V853 (09/2017).

ageas[®]
seguros